

Nunes Marques quer balizar pesquisas eleitorais

Julgamento foi adiado por pedido de vista da ministra Estela Aranha

Antonio Augusto/TSE

Por Gabriela Gallo

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) adiou a votação da decisão monocrática do presidente da Corte, ministro Kassio Nunes Marques, que suspendeu a pesquisa de intenção de votos do Instituto AtlasIntel de maio.

Em sessão no plenário da Corte na noite desta terça-feira (9), a ministra Estela Aranha pediu vista do caso (mais tempo para análise). Enquanto a Corte não definir um resultado final, a liminar que suspendeu a divulgação do levantamento segue em vigor.

Apesar de não ter uma data definida para retomar o julgamento, Nunes Marques enfatizou na sessão que os ministros devem voltar com a pauta o quanto antes, já que o caso abre margem para outros debates semelhantes, inclusive com institutos de pesquisa.

A intenção do presidente do TSE é utilizar o julgamento para balizar futuras pesquisas, estabelecendo o que a Corte Eleitoral aceitará ou não. “Aprofundaremos nossos estudos para que eles possam colaborar para que se tenha um padrão [sobre as pesquisas]”, disse Kassio.



Nunes Marques quer estabelecer padrão para as pesquisas

“Indução”

Nesta segunda-feira (8), o presidente do TSE atendeu a um pedido do Partido Liberal (PL) e determinou a suspensão da pesquisa da AtlasIntel divulgada em 19 de maio que registrou uma queda de cinco pontos percentuais do pré-candidato à presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ), após o vazamento de conversas entre o senador e o dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, que se comprometeu a pagar R\$ 134 milhões para financiar o filme au-

tobiográfico do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) “Dark Horse”.

A equipe do senador da República e o PL alegam que as perguntas elaboradas pelo questionário e o fato de ser apresentado aos pesquisados o áudio da conversa de Flávio com Vorcaro induziram os 5.032 entrevistados a ter uma percepção negativa sobre o candidato, como questionamentos referentes a um “esquema de fraudes financeiras”, o que foi acatado por Nunes Marques.

A decisão preliminar do presi-

dente do TSE e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) ainda determina que o instituto de pesquisa apresente nesta quarta-feira (10), dois dias após a publicação da decisão, a “documentação técnica complementar diretamente relacionada aos pontos controvertidos da presente impugnação, especialmente no que se refere ao componente audiovisual referido na pergunta n. 48 e aos registros técnicos de aplicação do questionário impugnado”, referente ao áudio entre Flávio e Vorcaro.

A pesquisa ouviu os eleitores entrevistados por meio do método Atlas RDR (Random Digital Recruitment ou Recrutamento Digital Aleatório), um sistema pelo qual os pesquisados são alcançados enquanto navegam pela internet e convidados a participar.

Na decisão preliminar de Nunes Marques, o magistrado avaliou que existem “elementos minimamente consistentes” que indicam possível comprometimento da neutralidade metodológica da pesquisa. “A controvérsia suscitada nos autos não se limita, portanto, à mera discordância quanto às escolhas metodológicas da representada, mas envolve alegação objetiva de possível utilização do questionário como mecanismo de indução do entrevistado”, defendeu o magistrado.

Em nota divulgada para a imprensa nesta segunda-feira, a AtlasIntel informou que respeitará a decisão do presidente do TSE, mas negou qualquer viés político partidário na elaboração das perguntas e da metodologia.

O instituto ainda reiterou que os áudios entre Flávio e Vorcaro somente foram apresentados aos entrevistados somente após os eleitores responderem aos questionamentos.

PF e PGR cobram respostas de Vorcaro

Divulgação

Por Beatriz Matos

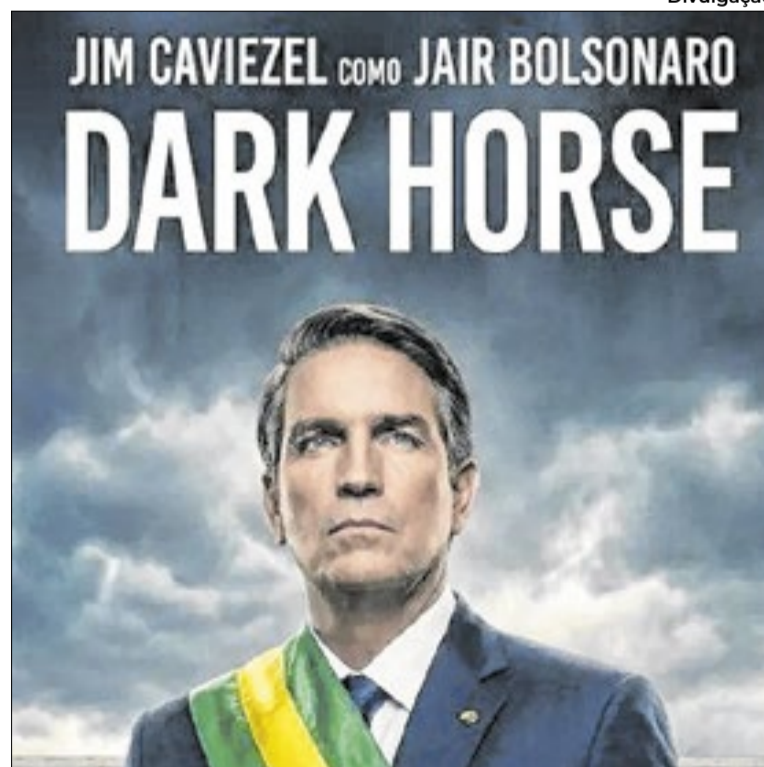
A margem de manobra de Daniel Vorcaro está cada vez menor. Enquanto Polícia Federal (PF) e Procuradoria-Geral da República (PGR) demonstram resistência à nova proposta de delação apresentada pelo empresário, investigadores já discutem quais serão os próximos passos caso as negociações fracassem mais uma vez. Entre as possibilidades está o reforço, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), do pedido para que Vorcaro deixe a prisão domiciliar e retorne ao Complexo da Papuda, hipótese que, segundo relatos de investigadores, provocou preocupação nos bastidores da defesa.

O cenário marca uma mudança importante na condução das tratativas. Se nos primeiros meses o foco estava na disposição de Vorcaro em colaborar, agora o debate passou a girar

em torno da qualidade das informações oferecidas. A avaliação de autoridades envolvidas no caso é que as sucessivas propostas apresentadas até aqui continuam sem responder a perguntas consideradas centrais para o avanço das investigações.

Nos bastidores, investigadores afirmam que a nova proposta repete informações já conhecidas pelas autoridades e pouco acrescenta ao que foi descoberto ao longo da apuração. Um dos exemplos usados pela própria PF envolve o caso do filme “Dark Horse”, produção ligada ao ex-presidente Jair Bolsonaro.

Segundo relatos de bastidores obtidos pela reportagem, Vorcaro teria confirmado movimentações financeiras relacionadas ao fundo Haven-gate, mas sem apresentar esclarecimentos considerados essenciais. Questionado sobre o destino dos recursos, teria



Uma das questões é se dinheiro foi todo para o filme

afirmado não saber se os valores foram utilizados exclusivamente para financiar a produção audiovisual. O fundo

Haven-gate, é um fundo de investimento privado sediado no estado do Texas, nos Estados Unidos, e está relacionado às

investigações da PF.

A resposta está longe de satisfazer os investigadores. Uma das linhas de apuração busca justamente identificar para onde o dinheiro foi destinado e se parte dos recursos pode ter sido utilizada para custear despesas do ex-deputado Eduardo Bolsonaro nos Estados Unidos.

Para o jurista e analista político Melillo do Nascimento, esse tipo de impasse costuma surgir quando a colaboração deixa de entregar informações inéditas. “O problema de uma colaboração premiada não é convencer a opinião pública. É convencer os investigadores de que você está entregando aquilo que eles ainda não sabem.”

Segundo ele, quando começam a surgir novas versões, complementações e sucessivas tentativas de acordo, o valor estratégico da negociação tende a diminuir. “Em delação premiada, informação é moeda.”